

GESTÃO GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS LOCAIS

Maria Salete Souza de Amorim
Rodrigo Reolon

Resumo

Essas notas apresentam resultados de pesquisa desenvolvida no âmbito da iniciação científica, vinculada ao Grupo de Pesquisa Democracia e Desenvolvimento e à linha de pesquisa Políticas Públicas e Controle Social (GPDD/Unioeste). Buscou-se examinar o papel das políticas municipais nas áreas da saúde e educação, consideradas como prioritárias na promoção da cidadania e da qualidade de vida da população. Desse modo, foi realizado um levantamento dos programas sociais existentes no município de Toledo, Oeste Paranaense, bem como algumas entrevistas junto à população usuária desses programas. Partimos do pressuposto de que a aprovação popular, a participação política e a confiança nas instituições políticas são fatores importantes na avaliação do desempenho de uma gestão governamental. Os resultados da pesquisa apontaram que, apesar de um número significativo de programas e projetos vinculados às secretarias da saúde e educação, a maioria das pessoas mostrou-se desinformada sobre a existência e o funcionamento desses programas. Esse dado revela a dificuldade de avaliar programas sociais e o desafio de construir um modelo mais participativo no processo de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas.

Palavras-Chave: Democracia; Políticas Públicas; Gestão Governamental.

Abstract

These notes present the research results developed in a context of the scientific initiation connected to the Democracy and Development Research Team (GPDD/ at Unioeste). It was searched to examine the role of the municipal politics in the area of health and education which are considered as having priority in the promotion of citizenship and the life quality of the population. This way, it was achieved a survey of the existing social programs in the city of Toledo, western Paraná and also as some interviews were done with the people who make use of such programs. From the assumption, that the population approval, the politic participation and the confidence on the politic institutions are important factors in the evaluation of the accomplishment of a government management. The results of the research state that despite a meaningful number of programs and projects linked to the secretaries of health and education, the most of people demonstrate disinformation on the existence and on the running of these programs. This data reveals the difficulty of evaluating social programs and the challenge of making a more participative model in the process of formulation, implementation and evaluation of the public politics.

Key-Words: Democracy; Public Politics; Evaluation of the Public Politics.

Introdução

A partir dos anos 1980, quando tem o início do período de redemocratização política do Brasil, e, especialmente durante a década

de 1990, observa-se a crescente valorização de uma gestão pública que busca o reconhecimento da importância da participação popular por meio de mecanismos institucionalizados como conselhos municipais, orçamento participativo, ouvidorias, audiências públicas, congressos das cidades, entre outros.

Dentro deste contexto, entendemos que o debate sobre políticas públicas, tidas aqui, de maneira preliminar, como tentativas de “responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis” (TEIXEIRA, 2002, p. 3.), passa a ser fundamental uma vez que somente a partir da consulta popular é que o poder público pode compreender os problemas específicos de cada localidade ou grupo social, e elaborar e implantar programas que possam servir para a redistribuição dos benefícios sociais e solucionar de maneira permanente os problemas gerados pelo processo de exclusão social.

A avaliação de políticas como um instrumento de accountability da gestão pública tem contribuído para melhorar a qualidade e a eficácia dos programas e políticas públicas, especialmente nas áreas sociais. Os estudos de avaliação costumam focalizar diferentes aspectos de um programa ou ação pública, como por exemplo, sua relevância, eficiência, efetividade, resultados e impactos.

O presente estudo apresenta resultados de pesquisa desenvolvida na região Oeste do Paraná, que teve como objetivo acompanhar as ações do Executivo no tocante à implementação de políticas públicas para as áreas de saúde e educação, tendo em vista examinar o desempenho da gestão municipal a partir da análise dos programas sociais existentes no município de Toledo e da percepção dos cidadãos. O levantamento das políticas foi feito junto às secretarias municipais, o que possibilitou a elaboração de um quadro analítico dispondo programas e projetos existentes, contendo os objetivos e as parcerias estabelecidas com o poder público. Foram realizadas ainda algumas entrevistas em estabelecimentos de ensino e unidades de saúde com o objetivo de sondar a opinião das pessoas em relação às áreas em questão.

O município de Toledo, desmembrado de Foz do Iguaçu e instalado em 1952, conta com uma população de aproximadamente 110 mil habitantes, dentre os quais 80.680 são eleitores (IBGE, 2007). A Rede Municipal atende cerca de 13 mil alunos nos âmbitos da Educação Infantil e Fundamental, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (35 escolas e 18 centros de educação infantil). Entre as metas estabelecidas pelo Plano Municipal de Educação, aprovado em 2004, está a erradicação do analfabetismo¹, o acesso e a permanência de crianças, jovens e adultos na escola, a garantia da aprendizagem e da qualidade de ensino na política educacional do Município de Toledo. No que diz respeito à área da saúde, atualmente o município conta com dois hospitais particulares com leitos credenciados pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e um Mini-Hospital na Vila Pioneira. São realizadas cerca de 20 mil consultas por mês, das quais 8 mil no Mini-Hospital e 12 mil nas unidades de saúde da sede e do interior do município².

Foram realizadas 10 entrevistas com diretores de escolas e 28 entrevistas com usuários das unidades de saúde de Toledo: 10 no Mini-Hospital da Vila Pioneira, 10 no posto de saúde do Jardim Porto Alegre e 8 no Jardim Coopagro. Os três bairros localizam-se na periferia da cidade. No roteiro da entrevista constam perguntas acerca da opinião sobre a qualidade da saúde e educação no município de modo geral, sobre o conhecimento de programas e projetos nestas áreas e sobre a participação e inserção das pessoas nestes programas. Partimos do pressuposto de que a informação, a satisfação popular, a participação política e a confiança nas instituições políticas são fatores importantes na avaliação do desempenho de uma gestão governamental.

O texto divide-se em duas partes. Na primeira parte pontuamos uma discussão sobre democracia, participação e políticas públicas. E na segunda parte analisamos os programas sociais relativos às áreas da

¹ O Estado do Paraná ocupa a 7ª posição de analfabetismo entre os 24 Estados brasileiros. No ano de 2000, 649 mil jovens, adultos e idosos se auto-declararam não alfabetizados, correspondendo a 9,5% da população paranaense com 15 anos ou mais. Em Toledo o número de analfabetos chega a 6.164 (IBGE, 2000).

² O município de Toledo possui 9 distritos. Fonte: <www.toledo.pr.gov.br/saude>. Acesso em: 01 dez. 2008.

saúde e educação no município de Toledo e a respectiva percepção das pessoas em relação a eles.

Participação e Políticas Públicas

As formas de participação política têm sido analisadas sob diferentes aspectos, de acordo com o tipo de perspectiva adotado na compreensão da democracia. A perspectiva liberal compreende a democracia como um conjunto de instituições e mecanismos que garantem aos indivíduos a liberdade política de escolher seus representantes, garantindo legitimidade ao sistema político. Os autores dessa corrente enfatizam a participação eleitoral como a forma mais convencional de envolvimento cívico e argumentam que a participação moderada produz governabilidade (DAHL, 1997; DOWNS, 1999).

Outra perspectiva compreende a democracia não apenas como um conjunto de regras e instituições, mas como um conjunto de práticas participativas que promovem a cidadania, a cooperação, a confiança e o desenvolvimento de valores e hábitos democráticos. Os autores dessa corrente defendem que a competência cívica e a eficácia política, conceitos que se referem ao sentimento de competência para influenciar e participar no processo decisório são componentes chave do engajamento político. A crença e o apoio dos cidadãos no sistema político democrático garantem sua legitimidade e estabilidade (PUTNAM, 2002).

Independentemente das controvérsias geradas por esse conceito, a abordagem institucionalista tende a concordar que quanto maior a crença na legitimidade das instituições políticas de um país, maiores as chances de consolidar um regime democrático. Nesse sentido, as crenças sobre a eficácia governamental são influenciadas pela performance do governo refletida pelos êxitos ou fracassos em seu desempenho (DAHL, 1997).

Vários autores convergem para o princípio de que a difusão de determinados padrões culturais na sociedade constitui a base para o desenvolvimento de atitudes e comportamentos que dão sustentação aos regimes políticos. Se esta postulação está correta, então a

estabilidade de um sistema político é condicionada (não determinada) pela presença de uma cultura política capaz de desenvolver uma base normativa de apoio aos princípios democráticos. A literatura sobre a teoria democrática sugere que a participação política, a confiança interpessoal, a tolerância e a liberdade de expressão são aspectos essenciais do processo de construção democrática de um país (PUTNAM, 2002).

O reconhecimento de que a participação popular sintetiza valores da cultura política democrática e da cidadania ativa nos conduz a investigar a importância dos canais de participação e o grau de interesse e de ocupação desses espaços. Dentre os canais de participação institucionalizada, destacam-se os conselhos municipais, que juntamente com as secretarias municipais, têm o papel de deliberar e implementar as políticas públicas, e fiscalizar a aplicação dos recursos para as diferentes áreas sociais; e as audiências públicas, realizadas para discutir o Plano Diretor, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, as políticas públicas vinculadas às secretarias municipais, e outros temas de interesse da população.

As experiências de gestão pública no Brasil, fundadas na cooperação entre Estado e sociedade, e na instauração de mecanismos de fiscalização e de controle social (accountability), ainda são escassas. Portanto, o argumento desenvolvido aqui é de que o desempenho governamental deve ser avaliado a partir do envolvimento da sociedade no processo de formulação e implementação de políticas públicas, tendo em vista "fazer com que o poder se democratize e seja compartilhado. É essa participação, em suma, que consolida, protege e dinamiza a cidadania e todos os variados direitos humanos" (NOGUEIRA, 2005, p. 133). A preocupação central em relação ao clientelismo e ao ceticismo político é o fato de representarem fatores de desmobilização e afastamento da sociedade civil da esfera política.

Todo e qualquer planejamento na elaboração de políticas requer um diagnóstico da realidade social e uma definição clara dos objetivos e metas, tendo em vista os recursos disponíveis para a realização das ações. Os indicadores sociais são um dos instrumentos mais utilizados

para subsidiar a formulação e a avaliação de políticas públicas, apesar de nem sempre revelarem as características contraditórias presentes nos Estados e nos municípios como, por exemplo, a convivência de padrões do desenvolvimento humano com a persistência da pobreza e das desigualdades sociais, que esbarram em questões estruturais, agravadas pelo desemprego e pela redução da renda das famílias.

Se as políticas públicas forem definidas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade (TEIXEIRA, 2002), o processo de formulação e implementação de políticas deveria ser visto como processo estratégico e participativo que envolve a participação de agentes governamentais, de atores não governamentais e da população beneficiária (SILVA e MELO, 2000). Mas como avaliar a eficácia e a eficiência dos resultados de determinada política pública e como relacioná-los ao desempenho da gestão municipal? Qual a real capacidade dos atores envolvidos de influenciar o processo decisório e avaliativo?

Na próxima seção serão analisados os programas sociais relativos às áreas da saúde e educação e as percepções das pessoas em relação a eles: seu conhecimento, sua avaliação e o grau de envolvimento na formulação e implementação dessas políticas públicas no município.

Programas sociais e satisfação popular

Com a democratização houve expansão dos programas sociais. O tema da pobreza ganha centralidade. Avalia-se que em um Estado de inspiração neoliberal, as ações governamentais incidem em políticas compensatórias, que freqüentemente, não alteram as relações estabelecidas na sociedade. Desse modo, as políticas sociais, apesar de seu princípio eqüitativo e de seu caráter redistributivo, nem sempre contribuem para reduzir as desigualdades sociais (FREY, 2000; SOUZA, 2006).

Desde a Constituição Federal de 1988, os municípios receberam significativo aumento das transferências constitucionais e foram considerados o principal destinatário da descentralização de

competências e atribuições na área social. Dessa forma, a análise das políticas públicas no âmbito municipal permite avaliar melhor a qualidade da democracia no sentido mais amplo, tanto do ponto de vista da política formal, como das dimensões econômica e social.

Entre os novos espaços de participação, estão os conselhos municipais e as audiências públicas, instituídos nos anos 1990 com o objetivo de alcançar descentralização política, controle, gestão e fiscalização das ações governamentais. A literatura que estuda os conselhos tem chamado a atenção sobre as limitações da participação efetiva da população nesses espaços democráticos (FUKS e PERISSINOTTO, 2006). E um dos maiores constrangimentos políticos diz respeito ao poder centralizador do executivo municipal nesses espaços, criados para institucionalizar a participação da sociedade na arena decisória das políticas públicas, mas que figuram com pouca autonomia, deliberação e representação dos interesses sociais.

No âmbito formal, todos os municípios devem possuir conselhos gestores da área da saúde e da educação, entre outros, para o repasse de verbas. Com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), em 1997, se busca responsabilizar os municípios pelo ensino fundamental, os estados pelo ensino médio e a União pelo ensino superior. A Constituição de 1988 vincula 25% das receitas dos Estados e Municípios à Educação e com a Emenda Constitucional nº 14/96, 60% desses recursos ficam reservados ao Ensino Fundamental (o que representa 15% da arrecadação global de Estados e Municípios)³.

Posteriormente, em 2006, foi criado o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Trata-se de um Fundo único que contempla todas as etapas e modalidades da educação básica (creche, pré-escola, ensino de 1ª a 4ª séries, ensino médio, ensino técnico, educação especial e de jovens e adultos), que deve vigorar até 2020. Os recursos são distribuídos de acordo com o número de alunos matriculados nas

³ Informações disponíveis em <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 01 dz. 2008.

redes públicas de ensino e segundo um valor mínimo fixado pela União. No caso do Paraná, em 2006, a média foi de R\$ 1.301,00 por aluno matriculado.

A Lei Orgânica do Município de Toledo assegura o direito à educação a todos os cidadãos. Cada escola tem autonomia para desenvolver programas e projetos, em parcerias com secretarias e/ou entidades sociais. Entre os programas desenvolvidos nas escolas da rede municipal, previstos no Plano Municipal de Educação, destacam-se: Projeto Escola Aberta: Gerando Cidadania; Programa Conhecendo Toledo; Programa Cidadão Ambiental; Programa de orientação vocacional, Palestras sobre mercado de trabalho, Curso Pré-vestibular, Programa NECTO – Reforço Escolar, Intercâmbio Cultural – Brasil/Paraguai, Escolinhas de Esporte – Basquete/Handebol, Escolinha de Capoeira, Projeto Nutrição, Escolinhas de Esporte – Vôlei/Tênis de Mesa/Futsal, Projeto Alimentação Saudável, Projeto de Reforços, Plantão Tira dúvidas, Projeto Papel de Bala.

A descrição de alguns desses programas com seus objetivos e parcerias visa analisar a relação estabelecida entre Estado e sociedade civil na elaboração e implementação desses programas, como mostra o Quadro I abaixo.

Quadro 1 - Programas desenvolvidos na área da educação no Município de Toledo, PR

Programas	Objetivos	Realização
Projeto Escola Aberta: Gerando Cidadania	Incentivar a integração entre os moradores do bairro e as ações de cidadania no espaço escolar.	Secretaria Municipal de Educação / Escolas da rede pública municipal.
Programa Conhecendo Toledo	Possibilitar ao educando a formação de conceitos e ações relativas à preservação do meio ambiente.	SM da Educação / SM do Meio Ambiente / Museu Histórico / Ecoclube / Sanepar / Agroindústria Lacto Bom.
Programa Cidadão Ambiental	Buscar o comprometimento de cada cidadão com a qualidade de vida, na relação estabelecida com o ambiente em que vive.	SM da Educação / SM do Meio Ambiente / Instituto Ambiental do Paraná / Núcleo Regional de Educação / ONG Chico Mendes.

Fonte: Secretaria Municipal da Educação.

Os programas referenciados acima denotam uma parceria significativa dos órgãos gestores e da sociedade civil na formalização das propostas. De acordo com os entrevistados, existe uma aceitação e uma participação dos professores, pais e alunos no decorrer da realização das atividades desses projetos e programas educativos desenvolvidos na escola. Apesar dessa avaliação positiva, alegam que as decisões mais importantes no âmbito da estruturação de programas específicos ainda são quase que exclusivamente dependentes das orientações da Secretaria de Educação. A maior autonomia no sentido da elaboração de ações, por parte das escolas, se dá na possibilidade da destinação de uma parcela, geralmente pequena, das verbas que lhe são destinadas para a execução de algum projeto que vise contemplar suas necessidades locais.

Em pesquisa realizada pelo Laboratório de Informações Sociais (LIS/Unioeste), Pesquisa Demandas Toledo 2008: subsídios para o Projeto BID II, que teve como objetivo o levantamento de demandas por bairros no município de Toledo, visando subsidiar a construção de um projeto para captação de recursos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi possível observar, através das opiniões dos participantes nos grupos focais, que não há tanta demanda para a área da educação, entretanto, como forma de solucionar problemas relativos à segurança pública nos bairros, foi sugerido a criação de programas de contra-turno escolar de caráter profissionalizante, cultural e esportivo, para ocuparem jovens e adolescentes⁴.

Juntamente com a educação básica, a saúde é uma das áreas prioritárias do desenvolvimento humano, entre outras. A Lei Orgânica do Município de Toledo garante a todos os cidadãos vida digna, bem-estar social e acesso universal e igualitário aos serviços de saúde, e prevê a realização de programas e projetos de caráter preventivo e curativo. Avalia-se que os investimentos em programas preventivos em relação aos gastos com a medicina curativa, ainda são baixos. Além disso,

⁴ Pesquisa coordenada pelo professor Dr. Paulo Roberto Azevedo, LIS/UNIOESTE, Campus de Toledo.

observa-se que o aumento das demandas gerado pelo contínuo crescimento demográfico na região Oeste do Paraná não tem sido devidamente considerado na formulação das políticas de saúde. Entre os 30 programas cadastrados na Secretaria Municipal de Saúde, destacamos os seguintes:

Quadro 2 - Programas desenvolvidos na área da saúde no Município de Toledo, PR

Programas	Objetivos	Realização
Programa de Atenção à Saúde da Mulher (5 sub-programas)	Garantir assistência à saúde da mulher em todas as suas fases.	Secretaria Municipal da Saúde / Secretaria de Saúde do Estado do Paraná – SESA.
Programa de Atenção Integral à Saúde da Criança (4 sub-programas)	Desenvolver ações educativas e curativas nos diversos sub-programas.	Secretaria Municipal da Saúde / Ministério da Saúde.
Programa de Ações Gerais de Saúde (9 sub-programas)	Oferecer serviço informativo na prevenção e tratamento de doenças crônicas e incuráveis; desenvolver trabalhos educativos junto às escolas sobre prevenção de DSTs/AIDS, gravidez na adolescência, entre outros.	Secretaria Municipal da Saúde / Ministério da Saúde / 20ª Regional de Saúde / Fundação Tecnológica de Toledo – FUNTEC.
Programa do Departamento de Odontologia (7 sub-programas)	Ampliar o atendimento a adultos e escolares, de modo a melhorar as condições de saúde bucal da população.	Secretaria Municipal da Saúde / Ministério da Saúde
Programas de Saúde Mental (2 sub-programas)	Garantir atendimento básico de saúde mental a crianças, adolescentes, adultos e idosos.	Secretaria Municipal de Saúde

Fonte: Secretaria Municipal da Saúde.

Uma das dificuldades em avaliar a eficácia dos resultados destes programas é a falta de informação da população e/ou divulgação desses programas de saúde. Em relação aos programas listados no Quadro 2, os entrevistados demonstraram desconhecimento e falta de informações sobre eles. Dessa forma, não foi possível iniciar um processo avaliativo sobre o impacto destes programas na vida da população local.

De acordo com os entrevistados (20 mulheres e 8 homens), de modo geral, a qualidade dos serviços de saúde no município é relativamente boa. Contudo, a maioria apontou que a falta de médicos especialistas (dependendo da especialidade a demora chega a 3 meses) é um dos principais problemas na região. Parte dos entrevistados reclamou que são mal atendidas pelas recepcionistas, enfermeiras e, até mesmo pelos médicos. Argumentam que falta um tratamento mais humanitário e solidário, especialmente para aqueles que se encontram numa situação precária de saúde.

Do ponto de vista dos indicadores sociais do município e da prestação de contas das ações gerais da Secretaria Municipal da Saúde, divulgada na 2ª audiência pública trimestral de 2008, denota-se uma avaliação positiva no atendimento à saúde, especialmente no tocante ao quantitativo: realização de mais consultas médicas, informatização da saúde, baixos índices de mortalidade infantil, e realização de uma série de ações que propiciam o alcance das metas estabelecidas para o ano de 2008. Cabe destacar, contudo, uma ausência de participação da população nesse espaço previsto por lei. Pontualmente, nessa audiência pública, realizada em agosto de 2008 no Auditório da Prefeitura Municipal de Toledo, estavam presentes a Secretária Municipal da Saúde, servidores públicos responsáveis pela vigilância sanitária, pelo departamento de saúde mental, pelo departamento de farmácia, entre outros, dois membros do Conselho Municipal de Saúde, e dois alunos do Curso de Ciências Sociais que fazem parte do nosso grupo de pesquisa.

As pessoas que ouvimos nos postos de saúde poderiam apresentar suas reclamações, apontar problemas localizados em seus bairros, propor soluções, questionar a planilha orçamentária, receber informações sobre as políticas desenvolvidas no município e avaliar, diante dos gestores, a qualidade dos serviços públicos, seja nos espaços das audiências públicas, seja nas reuniões dos conselhos. O pouco envolvimento dos cidadãos no processo de planejamento e formulação das políticas públicas, ocasionado muitas vezes pela falta de informações sobre os programas e projetos sociais existentes, dificulta a realização de uma avaliação efetiva dos resultados dessas ações.

A despeito de uma avaliação positiva em relação a alguns programas, especialmente em relação aos programas de atenção à saúde das mulheres, observamos que a implantação das políticas públicas poderia se tornar muito mais eficiente se fosse facilitado o acesso da população nas decisões de interesse público (LUBAMBO, 2006).

O conselho municipal de saúde, apesar de representar uma tentativa de aproximar a sociedade civil dos debates políticos, revela problemas pontuais na sua atuação, tais como a sua dependência em relação ao poder executivo, caracterizado muitas vezes por relações paternalistas e clientelistas. Além da falta de recursos para a implementação de políticas, uma das dificuldades enfrentadas pelos conselhos é que “a população não tem capacitação específica para elaborar alternativas de implementação de políticas ou avaliar ou acompanhar uma prestação de contas, e assim fica à mercê dos técnicos da prefeitura” (CACCIA-BAVA, 2001, p.76). Ou seja, não basta a criação dos órgãos conselheiros se a população não é educada de maneira eficiente a desenvolver a capacidade de exercer a cidadania. Críticas como as que afirmam que as experiências de participação são inviáveis devido à falta de aptidão administrativa do povo não levam em consideração o processo histórico de privação do acesso a uma formação política cidadã, e a necessidade de que se reverta essa situação.

Os resultados da pesquisa revelam, por um lado, que importantes programas e projetos municipais têm sido desenvolvidos em parcerias entre diversas secretarias, associações, fundações, empresas e universidades presentes na região. Avaliam-se como positivas as ações integradas na gestão pública municipal, uma vez que possibilita diagnosticar problemas, identificar causas e propor soluções possíveis. Por outro lado, observou-se que a participação institucionalizada, tanto nos conselhos municipais como nas audiências públicas, ainda não reflete um poder compartilhado entre gestores públicos e sociedade. A baixa participação da população nestes espaços

impede que eles cumpram sua função de fiscalizar e deliberar sobre o orçamento e as políticas públicas.

Considerações Finais

A crescente importância dos estudos e avaliação das políticas públicas no âmbito acadêmico pode contribuir para que se busquem melhorias tanto em relação à formulação dos programas, quanto na possibilidade de criação de mecanismos que possam despertar no cidadão a necessidade de expor suas demandas e transformá-lo em um indivíduo ativo no contexto em que está inserido.

O processo de avaliação de políticas tem como objetivo promover ajustes ou mudanças no sentido de melhorar o desempenho de um programa ou ação para alcançar os objetivos e metas previstas. Dessa forma, as políticas públicas requerem acompanhamento constante para seu crescente aperfeiçoamento frente às mudanças ocorridas na sociedade. Avaliar políticas e programas sociais implica verificar o grau de eficácia (objetivos e metas alcançadas) e eficiência em relação ao impacto dos resultados das ações previstas pelos projetos. Nessa perspectiva, avaliar as políticas públicas significa concretizar os direitos sociais, de modo a promover a cidadania política e social.

A presente pesquisa buscou situar uma discussão teórica sobre as novas formas de gestão pública, e mapear algumas políticas públicas existentes no município de Toledo, verificando, a partir de indicadores e da opinião pública, o alcance de seus resultados na vida das pessoas. Destacamos a importância dos aspectos institucionais e dos fatores culturais na definição, elaboração e implementação de políticas públicas municipais. Diante da complexa tarefa de avaliar políticas públicas, o próximo passo é o acompanhamento das conferências municipais da saúde e da educação na região, buscando examinar o grau de participação e de envolvimento dos cidadãos nestes espaços de debate e deliberação.

Maria Salete Souza de Amorim é Doutora em Ciência Política e Coordenadora do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão

Governamental nos Municípios, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Toledo, PR. Membro do Grupo de Pesquisa em Democracia e Desenvolvimento.

E-mail: saleteamorim@uol.com.br

Rodrigo Reolon é Bolsista do PIBIC/UNIOESTE, Aluno do Curso de Ciências Sociais e do Curso de Especialização em Políticas Públicas e Gestão Governamental nos Municípios.

E-mail: rodrigoreolon@hotmail.com

Referências:

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>. Acesso em: 04/07/2009.

CACCIA-BAVA, Silvio. Participação, representação e novas formas de diálogo público. In: CACCIA-BAVA, Silvio; SPINK, Peter; PAULICS, Veronika (Orgs.). Novos Contornos da gestão local: conceitos em construção. São Paulo: Polis/Programa de Gestão Pública e Cidadania /EAESP/FGV, 2001. p. 75-103.

DAHL, Robert. Poliarquia. São Paulo: Edusp, 1997.

DOWNS, Anthony. Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: Edusp, 1999.

FREY, Klaus. Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Planejamento e Políticas Públicas- IPEA, Brasília, n. 21, p. 211-259, jul. 2000. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21.html>. Acesso em: 07 mai. 2007.

FUKS, Mário; PERISSIANTTO, Renato. Recursos, decisão, poder: conselhos gestores de políticas públicas de Curitiba. Revista Brasileira de Ciências Sociais [online]. 2006, v. 21, n. 60, p. 67-81. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

IBGE 2007. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

IBGE 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 abr. 2008.

LUBAMBO, Cátia W. Desempenho da gestão pública: que variáveis compõe a aprovação popular em pequenos municípios. *Sociologias*, Porto Alegre, Edição Semestral, ano 8, n.16, p. 86-125, jul.-dez. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. Um Estado para a Sociedade Civil. Temas éticos e políticos da gestão democrática. São Paulo: Cortez, 2005.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Rio de Janeiro, FGV, 2002.

SILVA, Pedro Luiz Barros; MELO, Marcus André. O processo de Implementação de Políticas Públicas no Brasil: Características e Determinantes da Avaliação de Programas e Projetos. Caderno 48 - NEPP/UNICAMP, Campinas, p. 1-17, 2000.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O papel das Políticas Públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade. Cadernos da AATR –BA (Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia), Bahia, p. 1-11, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2007.

TOLEDO. Prefeitura Municipal de Toledo. Secretaria Municipal da Saúde. Disponível em: <http://www.toledo.pr.gov.br/saude>. Acesso em: 10/08/2007.